

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.280.663 - GO (2018/0090275-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : VANTUIL GUIMARAES JUNIOR  
**AGRAVANTE** : LUIZA LEITE GUIMARAES  
**AGRAVANTE** : RESIDENCIAL ITALIA S.A  
**ADVOGADOS** : LUÍS RENATO ZAGO E OUTRO(S) - DF013614  
LARISSA CRISTINA ZAGO ALMEIDA - DF043839  
**AGRAVADO** : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO  
**OUTRO NOME** : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO  
**ADVOGADOS** : YANA CAVALCANTE DE SOUZA - GO022930  
RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - GO028449  
SUENE CINTYA DA CRUZ - GO028002  
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS E OUTRO(S)  
- GO036833

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022, DO CPC/15. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. MONITÓRIA. DOCUMENTOS HÁBEIS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. LEGITIMIDADE PASSIVA. RECONHECIDA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE, NOS TERMOS DO ARTIGO 85, § 11, DO CPC/15. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por VANTUIL GUIMARAES JUNIOR E OUTROS em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado na alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Goiás, assim ementado:

*EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL E DUPLO AGRAVO RETIDO EM AÇÃO MONITÓRIA. NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO EM PRELIMINAR DE APELAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO RETIDO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. TEORIA DA ASSERÇÃO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO. PROVA ESCRITA.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **PRELIMINARES AFASTADAS. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO. FATO EXTINTIVO. HONORÁRIOS RECURSAIS.**

1. Para que o Tribunal possa apreciar o agravo retido, deve este ser ratificado, expressamente, nas razões do recurso de apelação ou em contrarrazões. Inexistente essa ratificação, opera-se a desistência tácita do recurso, o que impede o seu conhecimento pelo órgão ad quem.

2. De acordo com a Teoria da Asserção, a legitimidade ad causam deve ser avaliada à luz dos elementos descritos na petição inicial, sem vinculação com o mérito da pretensão deduzida em juízo. Dessa sorte, os réus são partes legítimas, uma vez que sua posição processual coincide, à luz dos fatos afirmados na exordial e dos documentos apresentados, com a relação jurídica que emerge do objeto litigioso, in casu, das obrigações contratuais firmadas, cujo crédito é reivindicado pelas instituições financeiras.

3. De acordo com a jurisprudência da colenda Corte Cidadã, nos termos do art. 1.102-A do Código de Processo Civil de 1973, atualmente previsto no art. 700 do Código de Processo Civil de 2015, basta, a instrução da ação monitória, a colação de prova escrita suficiente para, efetivamente, influir na convicção do magistrado. Assim, para a admissibilidade da ação monitória, não é necessária a apresentação de prova robusta, estreme de dúvida, sendo suficiente a presença de dados idôneos, ainda que unilaterais, desde que deles exsurja juízo de probabilidade acerca do direito afirmado.

4. O contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento de ação monitória. Súmula nº 247 do STJ.

5. A prova do pagamento é ônus do devedor, seja porque consubstancia fato extintivo do direito do autor (art. 333, inciso II, do Código de Processo Civil), seja em razão de comezinha regra de direito das obrigações, segundo a qual cabe ao devedor provar o pagamento, podendo até mesmo haver recusa ao adimplemento da obrigação à falta de quitação oferecida pelo credor (arts. 319 e 320 do Código Civil de 2002).

6. Evidenciada a sucumbência recursal impende majorar a verba honorária anteriormente fixada, conforme disposto no artigo 85, § 11, do CPC/2015.

7. 1º AGRAVO RETIDO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO. 2º AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, MAS DESPROVIDA. (e-STJ, fls. 547/548)

# *Superior Tribunal de Justiça*

No recurso especial, as partes recorrentes alegam violação ao artigo 1.022, do CPC/15; e aos artigos 265 e 278, do CC/02; e ao artigo 700, do CPC/15, sustentando a ausência de interesse processual das partes e a ilegitimidade passiva.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls.623/634).

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Inicialmente, apresenta-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022, do CPC/15 se faz de forma genérica, não havendo a demonstração clara dos pontos do acórdão que se apresentam omissos, contraditórios ou obscuros.

Sabe-se que os recorrentes asseveraram apenas a violação aos dispositivos de lei federal contudo, não houve a exposição dos pontos efetivamente omitidos no acórdão recorrido. Aplica-se, assim, o óbice da Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

***AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. REEXAME DE PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ. INOVAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.***

***1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.***

***2. Rever questão decidida com base no exame das circunstâncias fáticas da causa esbarra no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.***

***3. É inviável a análise de teses alegadas apenas nas razões do regimental por se tratar de evidente inovação recursal.***

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 578.636/RS, **Terceira Turma**, Rel. Ministro **Ricardo Villas Bôas Cueva**, julgado em 10/03/2015, DJe 16/03/2015 - grifou-se)

Ademais, no que concerne à tese de ilegitimidade passiva, verifico que o Tribunal de origem ao analisar o acervo fático-probatório dos autos reconheceu a legitimidade passiva das agravantes, como se vê:

*Logo em seguida, verifica-se que os réus, VANTUIL GUIMARÃES JÚNIOR e LUÍZA LEITE GUIMARÃES, subscreveram um Termo de Adesão (evento nº 03, vol. 01, p. 58/59) em que figuram como devedores solidários/intervenientes garantidores. Retira-se desse documento que as operações firmadas estão vinculadas à conta-corrente nº 1333 ? 00197-50, fato que os implica no objeto litigioso desta causa e, por conseguinte, torna-os partes legítimas a figurarem no polo passivo da lide. Ressalta-se que as indicações referentes aos contratos identificados sob os nº 4000000006608163 e 13330305126, constante do Termo de Adesão, dizem respeito aos produtos contratados, a saber, ?Produto ? Conta Empresarial? e ?Produto ? Giro Fácil?, elemento que não tem o efeito de conduzir à legitimidade passiva dos réus. Diante desse contexto, é forçoso convir que os réus, VANTUIL GUIMARÃES JÚNIOR e LUÍZA LEITE GUIMARÃES, são partes legítimas, uma vez que sua posição processual coincide, à luz dos fatos afirmados na exordial e dos documentos apresentados, com a relação jurídica que emerge do objeto litigioso, in casu, das obrigações contratuais firmadas, cujo crédito é reivindicado pela instituição financeira. (e-STJ, fls. 535/356 - grifou-se)*

Efetivamente, não se mostra plausível nova análise do contexto probatório por parte desta Corte Superior, a qual não pode ser considerada uma terceira instância recursal, em virtude da aplicação da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. ACÓRDÃO FUNDADO NA PROVA DOS AUTOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.**

**1. Na via especial, não cabe a análise de tese recursal que demande a incursão na seara fático-probatória dos autos.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

## ***Incidência da orientação fixada pela Súmula 7 do STJ.***

2. Não há como acolher a impugnação da parte sem afastar a afirmação feita pelo Tribunal de origem no sentido de que a União é legítima para figurar no polo passivo da presente demanda.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1593032/PB, Rel. Ministro **Og Fernandes, Segunda Turma**, julgado em 13/09/2016, DJe 20/09/2016 - grifou-se)

## **PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE PASSIVA. RECONHECIMENTO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

1. Cuida-se, na origem, de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público estadual contra a Telefônica Brasil S. A. e outros, objetivando a condenação da rés, solidariamente, a indenizar os danos à coletividade, em valor a ser apurado em liquidação de sentença, não inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), revertido para o FECAM, além da obrigação de fazer consistente em retirar os engenos publicitários, sob pena de multa.

2. O Juiz de 1º Grau julgou parcialmente procedente o pedido.

3. O Tribunal a quo negou provimento à Apelação da ora recorrente e assim consignou na sua decisão: "Frise-se, as considerações do Magistrado a quo sobre o vínculo entre as duas Empresas retrata a mais perfeita realidade, confirmada diariamente por meio dos anúncios publicitários dos eventos musicais veiculados em jornais e revistas, evidenciando a efetiva comunhão de desígnios entre as empresas, qual seja, o fornecimento de entretenimento a toda a população, dando condições privilegiadas aos clientes da Empresa de Telefonia." (fl. 1211, grifo acrescentado).

4. Portanto, ficou demonstrada a legitimidade passiva da ora agravante.

5. Modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, de modo a acolher a tese da recorrente, demandaria reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: AgRg no AREsp 539.271/SP, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe 18/2/2015, e AgRg no REsp 1525797/ES, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 5/2/2016.

6. Agravo Interno não provido.

# Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no AREsp 780.680/RJ, Rel. Ministro **Herman Benjamin**, **Segunda Turma**, julgado em 16/08/2016, DJe 09/09/2016 - grifou-se)

Por fim, o Tribunal de Justiça concluiu pela presença na inicial dos documentos hábeis para a instrução da ação monitória, conforme se observa do trecho transcrito a seguir:

*Da mesma sorte, a apelada instruiu a causa com o Termo de Adesão (evento nº 03, vol. 01, p. 58/59), por meio do qual foram contratados os produtos ?Produto ? Conta Empresarial? e ?Produto ? Giro Fácil?, em que figuram como devedores solidários/intervenientes garantidores VANTUIL GUIMARÃES JÚNIOR e LUÍZA LEITE GUIMARÃES, cujas obrigações estão vinculadas à conta-corrente nº 1333 ? 00197-50, que os remete aos compromissos assumidos pela sociedade empresária SPE SHOPPING E RESIDENCIAL ITÁLIA LTDA.. Da mesma sorte, os extratos bancários apresentados ? referentes aos contratos nº 1333-034942-5 (evento nº 03, vol. 01, p. 62/63), 1333-034306-0 (evento nº 03, vol. 01, p. 64/66), 1333-033064-3 (evento nº 03, vol. 01, p. 66/69) ? aludem, em todos, à linha de crédito ?Giro Fácil?, o que denota a relação jurídica de todos os réus com essas operações bancárias, como já afirmado anteriormente. Do contexto fático delineado, percebe-se, portanto, que são pactos adjetos, todos vinculados ao contrato de abertura de crédito em conta-corrente nº 1333 ? Não prospera o argumento dos recorrentes de que seria condição sine qua non a juntada dos instrumentos contratuais atinentes a essas operações adjetas, haja vista que, para fins de admissibilidade da ação monitória, os extratos apresentados são suficientes para demonstrar a existência da obrigação cujo crédito se busca tutelar nesta ação monitória, sobretudo porque estão relacionados ao Termo de Adesão (colacionado no evento nº 03, vol. 01, p. 58/59) que, por sua vez, diz respeito ao contrato de abertura de crédito em conta-corrente nº 1333 ? 00197-50. (e-STJ, fls. 540/541 - grifou-se)*

Assim sendo, para que se entenda pela insuficiência ou não dos documentos que embasaram a ação monitória, seria imprescindível desfazer a afirmação contida no aresto recorrido, o que ensejaria em rediscussão da matéria fática e probatória, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7/STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015.

O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada.

Com base em tais premissas, a título de honorários recursais, sendo fixada inicialmente verba honorária em 15% sobre o montante da condenação (e-STJ, fls. 546), a majoração dos honorários para 18% é medida que se impõe.

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

**Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**